

LEI N.º 1355/2007

Dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de Bem a empresa SERGIO ALENCAR RECHI – ME e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu **Pe. Lessir Canan Bortoli**, Prefeito de Dois Vizinhos, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM** a empresa **SERGIO ALENCAR RECHI - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.895.739/0001-05, localizada na Rua Padre Anchieta, 1283 – Centro Norte, no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, que atua no ramo de tornearia, marcenaria e depósito de madeiras, que consiste no seguinte: **01 (um) barracão Pré-moldado em alvenaria, erguido e coberto, medindo 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) a ser construído nos fundos dos Lotes n.ºs 01 e 03, da Quadra n.º 30 – Centro Norte, do Município e Comarca de Dois Vizinhos, de propriedade do Senhor SANTIN RECHI, que cede parte do imóvel ao proprietário da empresa descrita no art. 1º desta Concessão.**

§ 1º - O barracão referido neste artigo será edificado em terreno de propriedade do Senhor **SANTIN RECHI**, cedido ao beneficiário.

§ 2º - O beneficiário desta Lei, se compromete em gerar 04 (quatro) empregos diretos.

§ 3º - O beneficiário fica obrigado a edificar e devolver ao Município, no prazo de 05 (cinco) anos, em terreno designado pelo Município, um barracão Pré-moldado em alvenaria, erguido e coberto, medindo 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 2º - A Concessão de Uso de Bem, de que trata o Inciso I, do Art. 1º, será formalizada com base na Lei 831/97, através de Termo de Concessão, e, será outorgada pelo Município ao beneficiário, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da data da publicação desta Lei.

Parágrafo único – Decorrido o prazo fixado neste artigo, a posse da edificação poderá ser definitivamente transferida ao beneficiário, que arcará com os custos da transferência, desde que o beneficiário cumpra com a obrigação do § 3º do art. 1º.

Art. 3º - A Concessão de Uso de Bem a ser efetuada ao beneficiário antes qualificado, recebeu Parecer Favorável da Associação de Desenvolvimento de Dois Vizinhos.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo dispensado da realização de Concorrência Pública, para formalizar a concessão de que trata esta Lei, em razão do interesse público

relevante, manutenção e geração de empregos, com base no § 1º do art. 86 da Lei Orgânica do Município de Dois Vizinhos.

Art. 5º - As taxas, impostos e demais despesas relativa à concessão de que trata essa Lei como Alvarás, Habite-se, Recolhimento do INSS sobre a construção, seguros, etc., se for o caso, serão de inteira responsabilidade do beneficiado.

Art. 6º - As condições especiais, cláusulas de reversão e de revogação da concessão de Direito de Uso de Bem e prazo para cumprimento do disposto no § 1º, I, do art. 1º, previstos nesta Lei, serão estabelecidos no Instrumento Contratual.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos - Pr, aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e sete, 46º ano de emancipação.

Pe. Lessir Canan Bortoli
Prefeito